



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

## EDITAL Nº 16/2024

Processo nº 25035.002213/2023-02

**DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - ALTO RIO NEGRO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024**  
(Processo Administrativo nº 25035.002213/2023-02)

PREGÃO ELETRÔNICO N ° 90015/2024.

**CONTRATANTE (UASG):** 257024

**OBJETO:** Aquisição de Filtros de Barros e seus componentes, e ainda acessórios para reposição como velas (refil) e torneiras adequadas para este filtro para atender as necessidades deste DSEI ARN e órgãos participantes.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO :** R\$ 9.338.743,39 (nove milhões, trezentos e trinta e oito mil setecentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia **02/12/2024** às **10h (horário de Brasília)**

**Critério de Julgamento:** menor preço por item

**Modo de disputa:** aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

Torna-se público que o Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro, por meio do(a) Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/ARN, sediado(a) Avenida Sete de Setembro, nº 500 - Bairro Praia, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP 69750-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do , e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de Aquisição de Filtros de Barros e seus componentes, e ainda acessórios para reposição como velas (refil) e torneiras adequadas para este filtro para atender as aldeias pertencentes ao DSEI Alto Rio Negro e órgãos participantes, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5. Para os itens 2, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 14, 16, 17, 19, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36-38, 40, 42-44, 46, 48-53, 55, 57 a 60, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o

autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da

contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no

certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor **unitário** e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo **respeitar a quantidade máxima estabelecida no Termo de Referência.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. **O licitante NÃO poderá** oferecer **proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. **Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.**

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E**



## FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 5,00 (cinco reais)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze

minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados,



em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se

comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital, através da funcionalidade do sistema.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais

quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.



8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem

classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sei.saude.gov.br/>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 12.1.5. fraudar a licitação
  - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [selogarn.sesai@saude.gov.br](mailto:selogarn.sesai@saude.gov.br) e [dseiarn.sesai@saude.gov.br](mailto:dseiarn.sesai@saude.gov.br)

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente

transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência, id. .

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar, id. .

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços, id. .

14.11.3. ANEXO III - Minuta do Contrato, id.



Documento assinado eletronicamente por **Valmir de Souza Delgado**, **Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 18/11/2024, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0044444060** e o código CRC **8A75C843**.

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei n.º 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/ARN  
Avenida Sete de Setembro, nº 500 - Bairro Praia, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP 69750-000  
E-mail: selogarn.sesai@saude.gov.br| Telefone: 92 3199-6402

Termo de Referência 20/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2024	257024-DIST. SANTI. ESP.INDIGENA ALTO RIO NEGRO	IVANILSON OTERO DE MACEDO	14/11/2024 16:20 (v 8.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25035.002213/2023-02

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Filtros de Barros e seus componentes, e ainda acessórios para reposição como velas (refil) e torneiras adequadas para este filtro, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quant. Total - DSEI ARN	Valor unitário (média)	valor total (média)
1	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	1979	R\$ 488,33	R\$ 966.405,07
2	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	495	R\$ 488,33	R\$ 241.723,35
3	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	7285	UND	3958	R\$ 100,00	R\$ 395.800,00
4	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	7285	UND	990	R\$ 100,00	R\$ 99.000,00
5	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características	253711	UND	1979	R\$ 37,23	R\$ 73.678,17

	adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.					
6	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico. <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	253711	UND	495	R\$ 37,23	R\$ 18.428,85
7	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	2474	R\$ 30,00	R\$ 74.220,00
Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI MRP	Valor unitário (média)	valor total (média)
8	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	188	R\$ 488,33	R\$ 91.806,04
9	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	47	R\$ 488,33	R\$ 22.951,51
10	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	963	R\$ 100,00	R\$ 96.300,00
11	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	240	R\$ 100,00	R\$ 24.000,00
12	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	401	R\$ 30,00	R\$ 12.030,00
Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI ARJ	Valor unitário (média)	valor total (média)
13	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	960	R\$ 488,33	R\$ 468.796,80
14	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	240	R\$ 488,33	R\$ 117.199,20
15	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	2000	R\$ 100,00	R\$ 200.000,00
16	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica).	241686	UND	500	R\$ 100,00	R\$ 50.000,00



	(Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>					
17	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI MRSA	Valor unitário (média)	valor total (média)
18	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	527	R\$ 488,33	R\$ 257.349,91
19	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	131	R\$ 488,33	R\$ 63.971,23
20	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	2106	R\$ 100,00	R\$ 210.600,00
21	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	526	R\$ 100,00	R\$ 52.600,00
22	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	1316	R\$ 30,00	R\$ 39.480,00
Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI VILHENA	Valor unitário (média)	valor total (média)
23	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	442	R\$ 488,33	R\$ 215.841,86
24	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	110	R\$ 488,33	R\$ 53.716,30
25	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	884	R\$ 100,00	R\$ 88.400,00
26	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	220	R\$ 100,00	R\$ 22.000,00
	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado,					

27	Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	552	R\$ 37,23	R\$ 20.550,96
28	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	552	R\$ 30,00	R\$ 16.560,00
<b>Item</b>	<b>Descrição/especificação</b>	<b>CATMAT</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>DSEI ARP</b>	<b>Valor unitário (média)</b>	<b>valor total (média)</b>
29	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	1388	R\$ 488,33	R\$ 677.802,04
30	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	346	R\$ 488,33	R\$ 168.962,18
31	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	2774	R\$ 100,00	R\$ 277.400,00
32	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	694	R\$ 100,00	R\$ 69.400,00
33	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	1734	R\$ 37,23	R\$ 64.556,82
34	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	1734	R\$ 30,00	R\$ 52.020,00
<b>Item</b>	<b>Descrição/especificação</b>	<b>CATMAT</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>DSEI KPA</b>	<b>Valor unitário (média)</b>	<b>valor total (média)</b>
35	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	100	R\$ 488,33	R\$ 48.833,00
36	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	250	R\$ 100,00	R\$ 25.000,00
37	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	100	R\$ 37,23	R\$ 3.723,00
38	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00

Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI PIN	Valor unitário (média)	valor total (média)
39	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	1202	R\$ 488,33	R\$ 586.972,66
40	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	50	R\$ 488,33	R\$ 24.416,50
41	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	6009	R\$ 100,00	R\$ 600.900,00
42	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	1502	R\$ 100,00	R\$ 150.200,00
43	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	1252	R\$ 37,23	R\$ 46.611,96
44	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	2504	R\$ 30,00	R\$ 75.120,00
Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI PVh	Valor unitário (média)	valor total (média)
45	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	655	R\$ 488,33	R\$ 319.856,15
46	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	163	R\$ 488,33	R\$ 79.597,79
47	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	1310	R\$ 100,00	R\$ 131.000,00
48	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	327	R\$ 100,00	R\$ 32.700,00
49	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	818	R\$ 30,00	R\$ 24.540,00

Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI ARS	Valor unitário (média)	valor total (média)
50	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	109	R\$ 488,33	R\$ 53.227,97
51	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	436	R\$ 100,00	R\$ 43.600,00
52	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	109	R\$ 37,23	R\$ 4.058,07
53	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	109	R\$ 30,00	R\$ 3.270,00
Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI AMP	Valor unitário (média)	valor total (média)
54	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	1880	R\$ 488,33	R\$ 918.060,40
55	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	470	R\$ 488,33	R\$ 229.515,10
56	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	3760	R\$ 100,00	R\$ 376.000,00
57	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	940	R\$ 100,00	R\$ 94.000,00
58	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	1880	R\$ 37,23	R\$ 69.992,40
59	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico. <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	253711	UND	470	R\$ 37,23	R\$ 17.498,10
60	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	2350	R\$ 30,00	R\$ 70.500,00

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 9.338.743,39
----------------------	------------------

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5 **A licitação terá órgãos participantes, segue abaixo quantidade do órgão gerenciador da Ata e dos órgãos participantes:**

**1.5.1 Órgão gerenciador: DSEI ALTO RIO NEGRO**

Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro Endereço: Avenida Sete de Setembro, nº 500 - Bairro Praia, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP 69750-000						
Item	Descrição /especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quant. Total	Valor unitário (média)	valor total (média)
1	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	1979	R\$ 488,33	R\$ 966.405,07
2	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	495	R\$ 488,33	R\$ 241.723,35
3	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	7285	UND	3958	R\$ 100,00	R\$ 395.800,00
4	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). <b>(COTA 20%)</b>	7285	UND	990	R\$ 100,00	R\$ 99.000,00

	<b>EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>					
5	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	1979	R\$ 37,23	R\$ 73.678,17
6	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico. <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	253711	UND	495	R\$ 37,23	R\$ 18.428,85
7	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	2474	R\$ 30,00	R\$ 74.220,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI ARN</b>						<b>R\$ 1.869.255,44</b>

### 1.5.2 ÓRGÃO PARTICIPANTE: DSEI MÉDIO RIO PURUS

Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus - DSEI/MRP Endereço de entrega: Travessa Padre Monteiro, nº 165 - Bairro Centro, Lábrea/AM, CEP 69830-000						
Item	Descrição /especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI MRP	Valor unitário (média)	valor total (média)
8	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	188	R\$ 488,33	R\$ 91.806,04
	Filtro de água, material: barro cozido, características					

9	adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	47	R\$ 488,33	R\$ 22.951,51
10	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	963	R\$ 100,00	R\$ 96.300,00
11	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	240	R\$ 100,00	R\$ 24.000,00
12	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	401	R\$ 30,00	R\$ 12.030,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI MRP						R\$ 247.087,55

### 1.5.3 ÓRGÃO PARTICIPANTE: DSEI ALTO RIO JURUÁ

Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá Endereço de entrega: Rua Formoso, nº 225 - Bairro Formoso, Cruzeiro do Sul/AC, CEP 69980-000						
Item	Descrição /especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI ARJ	Valor unitário (média)	valor total (média)
13	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	960	R\$ 488,33	R\$ 468.796,80
14	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	240	R\$ 488,33	R\$ 117.199,20
15	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e	241686	UND	2000	R\$ 100,00	R\$ 200.000,00



	bacteriológica). (Cota Principal)					
16	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	500	R\$ 100,00	R\$ 50.000,00
17	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI ARJ						R\$ 838.996,00

#### 1.5.4 ÓRGÃO PARTICIPANTE: DSEI MÉDIO RIO SOLIMÕES E AFLUENTES

Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes Endereço de entrega: Rua Monteiro de Souza, n.º 287 - Bairro Centro, Tefé/AM, CEP 69550-045						
Item	Descrição /especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI MRSA	Valor unitário (média)	valor total (média)
18	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	527	R\$ 488,33	R\$ 257.349,91
19	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	131	R\$ 488,33	R\$ 63.971,23
20	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	2106	R\$ 100,00	R\$ 210.600,00
21	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	526	R\$ 100,00	R\$ 52.600,00

22	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	1316	R\$ 30,00	R\$ 39.480,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI MRSA						R\$ 624.001,14

### 1.5.5 ÓRGÃO PARTICIPANTE: DSEI VILHENA

Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena Endereço para entrega: Rua Floriano Peixoto, nº 2.021 - Bairro Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO, CEP 76963-700						
Item	Descrição /especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI VILHENA	Valor unitário (média)	valor total (média)
23	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	442	R\$ 488,33	R\$ 215.841,86
24	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	110	R\$ 488,33	R\$ 53.716,30
25	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	884	R\$ 100,00	R\$ 88.400,00
26	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	220	R\$ 100,00	R\$ 22.000,00
27	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características	253711	UND	552	R\$ 37,23	R\$ 20.550,96

	adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.					
28	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	552	R\$ 30,00	R\$ 16.560,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI VILHENA						R\$ 417.069,12

### 1.5.6 ÓRGÃO PARTICIPANTE: DSEI ALTO RIO PURUS

Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus Endereço para entrega: Rua Rio de Janeiro, nº 1.214 - Bairro Abrão Alab, Rio Branco /AC, CEP 69918-048						
Item	Descrição /especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI ARP	Valor unitário (média)	valor total (média)
29	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	1388	R\$ 488,33	R\$ 677.802,04
30	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	346	R\$ 488,33	R\$ 168.962,18
31	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	2774	R\$ 100,00	R\$ 277.400,00
32	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	694	R\$ 100,00	R\$ 69.400,00
33	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L,	253711	UND	1734	R\$ 37,23	R\$ 64.556,82

	Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.					
34	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	1734	R\$ 30,00	R\$ 52.020,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI ARP						R\$ 1.310.141,04

### 1.5.7 ÓRGÃO PARTICIPANTE: DSEI KAIAPÓ DO PARÁ

Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará Avenida Brasil, nº 4191, lote 10/11, quadra 32 - Bairro Setor Parque dos Buritis, Redenção/PA, CEP 68552-735						
Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI KPA	Valor unitário (média)	valor total (média)
35	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	100	R\$ 488,33	R\$ 48.833,00
36	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	250	R\$ 100,00	R\$ 25.000,00
37	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	100	R\$ 37,23	R\$ 3.723,00
38	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI KPA						R\$ 80.556,00

### 1.5.8 ÓRGÃO PARTICIPANTE: DSEI PARINTINS

Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins Rua Silva Campos, nº 1.433 - Bairro Centro, Parintins/AM, CEP 69151-293						
Item	Descrição /especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI PIN	Valor unitário (média)	valor total (média)
39	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	1202	R\$ 488,33	R\$ 586.972,66
40	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	50	R\$ 488,33	R\$ 24.416,50
41	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	6009	R\$ 100,00	R\$ 600.900,00
42	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	1502	R\$ 100,00	R\$ 150.200,00
43	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	1252	R\$ 37,23	R\$ 46.611,96
44	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	2504	R\$ 30,00	R\$ 75.120,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI PIN						R\$ 1.484.221,12

### 1.5.8 ÓRGÃO PARTICIPANTE: DSEI PORTO VELHO

Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho Rua Rafael Vaz e Silva, nº 2.646 - Bairro Liberdade, Porto Velho/RO, CEP 76803-890						
Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI PVh	Valor unitário (média)	valor total (média)
45	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	655	R\$ 488,33	R\$ 319.856,15
46	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	163	R\$ 488,33	R\$ 79.597,79
47	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	1310	R\$ 100,00	R\$ 131.000,00
48	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	241686	UND	327	R\$ 100,00	R\$ 32.700,00
49	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	818	R\$ 30,00	R\$ 24.540,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI PVH						R\$ 587.693,94

### 1.5.9 ÓRGÃO PARTICIPANTE: DSEI ALTO RIO SOLIMÕES

Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões Rua São João Batista, nº 22 - Bairro Santa Rosa, Tabatinga/AM, CEP 69640-000						
Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI ARS	Valor unitário (média)	valor total (média)
50	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	109	R\$ 488,33	R\$ 53.227,97
	Vela de filtro de barro:					

51	Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	436	R\$ 100,00	R\$ 43.600,00
52	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	109	R\$ 37,23	R\$ 4.058,07
53	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	109	R\$ 30,00	R\$ 3.270,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI ARS						R\$ 104.156,04

#### 1.5.10 ÓRGÃO PARTICIPANTE: DSEI AMAPÁ E NORTE PARÁ

Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará Avenida Pedro Baíão, nº 1.071 - Bairro Central, Macapá/AP, CEP 68900-116						
Item	Descrição /especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI AMP	Valor unitário (média)	valor total (média)
54	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	1880	R\$ 488,33	R\$ 918.060,40
55	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	470	R\$ 488,33	R\$ 229.515,10
56	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	3760	R\$ 100,00	R\$ 376.000,00
57	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota	241686	UND	940	R\$ 100,00	R\$ 94.000,00



	Principal) <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>					
58	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	1880	R\$ 37,23	R\$ 69.992,40
59	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico. <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	253711	UND	470	R\$ 37,23	R\$ 17.498,10
60	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	2350	R\$ 30,00	R\$ 70.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - DSEI AMP						R\$ 1.775.566,00

## **2. Fundamentação da contratação**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000035/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;

III) Id do item no PCA: 257024-24/2024;

IV) Classe/Grupo: 4510 - DISPOSITIVOS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS; 4610 - EQUIPAMENTOS PARA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA; 7240 - RECIPIENTES PARA USO DOMÉSTICO E COMERCIAL

V) Identificador da Futura Contratação: 257024-90056/2023.

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

##### 4.1.1 PRODUÇÃO

*4.1.1.1 Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.*

*4.1.1.2 Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia*

##### 4.1.2 DISTRIBUIÇÃO

*4.1.2.1 Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.*

##### 4.1.3 USO

*4.1.3.1 Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental, produtos que geram menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção /conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.*

##### 4.1.4 DESTINAÇÃO FINAL

*4.1.4.1 Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso ou para remanufaturar. Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas acima, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01 /2010 da SLTI/MPOG:*

- I. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II. II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III. III. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV. IV. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

~~Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...)~~

~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. \_\_\_\_, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.3.1. ...~~

~~4.3.2. ...~~

~~4.3.3. ...~~

~~Da exigência de amostra~~

~~4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.5.1. ...~~

~~4.5.2. ...~~

~~4.5.3. ...~~

~~4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço \_\_\_\_, no prazo limite de \_\_\_\_, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.9.1. Itens (....): .....~~

~~4.9.2. Itens (....): .....~~

~~4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de ..... (.....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

~~4.15. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

#### **Subcontratação**

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.19. ~~Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho., em remessa única.

5.2 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Av. Sete de Setembro, nº 500, bairro Praia, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP 69750-000.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

~~6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.9.1. (...)~~

~~6.9.2. (...)~~

~~6.9.3. (...)~~

### Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **7 (sete) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo* de correção monetária.

## Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## ~~Antecipação de pagamento~~

~~7.24. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.25. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante - ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.26. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.26.1. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.26.2. (...)~~

~~7.27. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.27.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~7.27.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada de ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.28. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.29. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (.....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~7.30. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.31. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~

~~7.31.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação de valor remanescente;~~

~~7.31.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~7.32. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

### Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral conforme nota de empenho**.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

~~8.14. **Ato de autorização para o exercício da atividade de .....** (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto)~~

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.**

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

### **Qualificação Técnica**

~~8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

*8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*



~~8.31.1. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~8.31.1.1. ....~~

~~8.31.1.2. ....~~

~~8.31.1.3. ....~~

8.31.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.31.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.31.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

~~8.31.5. Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....~~

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I](#) e [42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.327.083,29

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

*9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.583.565,59 (nove milhões quinhentos e oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos no item 1, deste Termo de Referência.*

*9.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):*

*9.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

*9.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

*9.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

*9.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## **10. Adequação orçamentária**

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/257024;

II) Fonte de Recursos: 100100000;

III) Programa de Trabalho: 234651;

IV) Elemento de Despesa: 339030;

V) Plano Interno: [...];

*10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## **11. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IVANILSON OTERO DE MACEDO**

Membro da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 14/11/2024 às 16:20:33.*

**JOHNATAN ALMEIDA DE SOUSA**

Membro da Equipe de Planejamento

**JANCENEIDE LEMOS DA SILVA**

Membro da Equipe de Planejamento



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - QUANT- DSEI'S.pdf (95.27 KB)

## **Anexo I - QUANT- DSEI'S.pdf**

TABELA - ITEM 1.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	DSEI ARN	DSEI MRP	DSEI ARJ	DSEI MRSA	DSEI VILHENA	DSEI ARP	DSEI KPA	DSEI PIN	DSEI PVh	DSEI ARS	DSEI AMP	TOTAL	Valor unitário (média)	valor total (média)
1	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	2474	188	960	527	442	1388	80	1202	655	88	1880	9884	R\$ 488,33	R\$ 4.826.653,72
2	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes (COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)	345169	UND	495	47	240	131	110	346	20	50	163	21	470	2093	R\$ 488,33	R\$ 1.022.074,69
3	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	7285	UND	3958	963	2000	2106	884	2774	200	6009	1310	349	3760	24313	R\$ 100,00	R\$ 2.431.300,00
4	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) (COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)	7285	UND	990	240	500	526	220	694	50	1502	327	87	940	6076	R\$ 100,00	R\$ 607.600,00

5	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	2474				442	1388	80	1202		88	1880	7554	R\$ 37,23	R\$ 281.235,42
6	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico. (COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)	253711	UND	495				110	346	20	50		21	470	1512	R\$ 37,23	R\$ 56.291,76
7	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	3958	319	80	1053	442	1388	80	2004	655	88	1880	11947	R\$ 30,00	R\$ 358.410,00
8	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege. (COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)	262535	UND	990	82	20	263	110	346	20	500	163	21	470	2985	R\$ 30,00	R\$ 89.550,00
VALOR ESTIMADO TOTAL DA LICITAÇÃO																	R\$ 9.583.565,59

# Estudo Técnico Preliminar 17/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 25035.002213/2023-02

## 2. Descrição da necessidade

### 2.1 - Objeto da Contratação

2.1.1 Aquisição de Filtros de Barros e seus componentes, e ainda acessórios para reposição como velas (refil) e torneiras adequadas para este filtro.

INSUMOS - NATUREZA DE DESPESA Nº 339030				
ITEM	INSUMOS	CATMAT	UND	QTD
01	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	2474
02	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	241686	UND	4948
03	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	2474
04	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	2474

### 2.2 - Justificativa

2.2.1 A necessidade consiste na aquisição de filtros de barro para assegurar o acesso à água potável às comunidades indígenas residentes nas áreas de atuação do DSEI. A gravidade da seca atual tem deixado diversas comunidades sem acesso a fontes naturais de água limpa, o que representa um sério risco para a saúde e bem-estar dessas populações. A responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) inclui a preservação e a provisão de fontes de água potável por meio de construção de poços, captação de água a distância, e a implementação de sistemas de saneamento e controle de poluição nas nascentes locais. Em situações de escassez hídrica severa, como a que ocorre atualmente, a distribuição de filtros de barro torna-se uma medida urgente e eficaz para garantir o tratamento e o consumo seguro da água disponível, atendendo às necessidades essenciais de saúde e higiene.

2.2.2 A importância do atendimento dessa necessidade fundamenta-se na garantia de um direito básico e constitucional: o direito à saúde e à vida. Para as comunidades indígenas, esse direito é ainda mais crítico, uma vez que, em muitas regiões, os recursos hídricos são escassos e, com a seca, a única opção de consumo é a água retirada de fontes com maior exposição a agentes contaminantes. A distribuição de filtros de barro permite o tratamento eficiente e seguro da água disponível, reduzindo o risco de contaminação e promovendo a saúde pública nas comunidades atendidas. A medida possibilita, assim, que as famílias indígenas tenham acesso imediato a uma água de melhor qualidade, contribuindo para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida dessas populações.

2.2.3. A problemática que envolve a ausência de água potável segura nas comunidades indígenas representa um sério risco para a saúde pública. Em áreas onde o acesso a fontes limpas é limitado, a população expõe-se a águas contaminadas por bactérias, vírus e outros patógenos. A falta de

medidas para purificação de água aumenta a incidência de doenças transmitidas por água não tratada, como diarreias infecciosas, cólera, hepatite e infecções bacterianas, doenças que podem ser fatais, especialmente para crianças e idosos. A ausência de filtros de barro impede que essas comunidades, já vulneráveis, tenham acesso à água segura, comprometendo diretamente a saúde e o bem-estar das populações indígenas, que dependem integralmente do suporte do DSEI e da SESAI para a preservação de sua saúde e qualidade de vida.

2.2.4. A implementação de filtros de barro nas áreas afetadas pela seca trará impactos positivos consideráveis, principalmente na área da saúde. O fornecimento de água potável por meio desses filtros permitirá uma redução significativa na ocorrência de doenças relacionadas à ingestão de água contaminada, promovendo uma melhoria direta na qualidade de vida e na saúde das comunidades. Além disso, a medida reforça o compromisso do Estado em proteger os direitos fundamentais das populações indígenas, oferecendo condições seguras para o consumo de água e contribuindo para a segurança alimentar e hídrica dessas comunidades. A ação também contribui para o fortalecimento dos sistemas locais de saúde ao reduzir a demanda por atendimentos relacionados a doenças de veiculação hídrica, permitindo que os recursos e profissionais de saúde sejam direcionados a outras necessidades emergentes.

2.2.5. É essencial que o órgão providencie a aquisição e distribuição dos filtros de barro como medida de saúde pública preventiva e imediata. A disponibilidade de água potável é um requisito básico para a sobrevivência e dignidade das populações indígenas, e o fornecimento de filtros de barro surge como uma alternativa viável e econômica para assegurar que mesmo em períodos de seca severa a população tenha acesso à água tratada. Essa ação é parte do compromisso da SESAI e do DSEI em garantir o direito à saúde e à vida das comunidades indígenas, cumprindo com os preceitos constitucionais e internacionais de proteção às minorias e assegurando o desenvolvimento de políticas públicas de saúde efetivas e abrangentes para todos. A medida reflete o interesse público ao proteger a saúde das comunidades indígenas e ao garantir que o Estado cumpra seu papel de prover condições mínimas para o bem-estar e a sobrevivência dessas populações.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SERVIÇO DE EDIFICAÇÕES E SANEAMENTO AMBIENTAL INDÍGENA / ARN	IVANILSON OTERO DE MACEDO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1 - Requisitos Necessários ao Atendimento das Necessidades

4.1.1 Conforme o Decreto Nº 023 de 10 de setembro de 2024, o município de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, no Amazonas, enfrenta uma grave emergência devido à estiagem. A diminuição do volume do Rio Negro e de seus afluentes impacta diretamente as comunidades indígenas e a sede do município, resultando em escassez de água potável para milhares de famílias. A estiagem também compromete as atividades de subsistência ( Anexo DECRETO ESTIAGEM 2024 id 0043656078).

4.1.2 A aquisição de filtros de barro e seus componentes (como velas de reposição e torneiras) é uma medida essencial para garantir o acesso contínuo à água potável para consumo humano. Esses filtros são indicados pela sua capacidade de remover impurezas da água, proporcionando uma solução prática e de baixo custo para o tratamento de água em locais de difícil acesso. A utilização desses filtros é especialmente importante para as comunidades atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro, que dependem dessa medida para mitigar os surtos de doenças hídricas.

4.1.3 Caso não sejam adquiridos e distribuídos os filtros de barro e seus componentes, a escassez de água potável nas áreas afetadas pode levar ao agravamento dos surtos de doenças transmitidas pela água, colocando em risco a saúde das comunidades. A falta de uma solução adequada pode resultar em um aumento nos casos de doenças como diarreia e outras infecções gastrointestinais, além de comprometer a segurança alimentar das populações afetadas.

## **4.2 - Da Vigência do Contrato**

4.2.1 O contrato terá vigência de um ano (12 meses), iniciando-se a partir da assinatura das Atas de Registro de Preços. A formalização contratual ocorrerá consoante as disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/21), seguindo o modelo estabelecido pela Advocacia-Geral da União (AGU), que será preenchido e administrado pelo departamento competente.

## **4.3 CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE**

4.3.1 É importante que os materiais e serviços envolvidos nesta Contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305 /2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.3.2 Todos os processos envolvidos na execução desse objeto sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços, devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente segundo as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Na execução dos serviços, quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, DE 19 de janeiro de 2010:

I – Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA n.º 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; V - Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e VIII – Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.3.3 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano de Logística Sustentável do Ministério da Saúde - Ciclo 2024-2026.

4.3.3.1 Matéria-prima natural e local: Dar preferência a filtros fabricados com argila de fontes locais e práticas de extração sustentáveis, reduzindo o impacto ambiental do transporte e contribuindo para a economia regional;

4.3.3.2. Composição não-tóxica: Exigir certificação de que os filtros não contêm metais pesados ou substâncias tóxicas, garantindo que os materiais são seguros para o meio ambiente e para o consumo humano;

- 4.3.3.3. Durabilidade e eficiência: Priorizar modelos com maior vida útil e eficiência na retenção de impurezas e contaminantes, reduzindo a necessidade de substituição frequente;
- 4.3.3.4. Descarte responsável e reutilização: Especificar que os filtros devem ser de fácil desmontagem e que seus componentes possam ser recicláveis ou reutilizáveis. Além disso, incentivar o fabricante a oferecer programa de descarte responsável;
- 4.3.3.5. Incentivar a contratação de micro e pequenas empresas (MPEs) locais, que promovem o desenvolvimento da economia local e o impacto positivo na comunidade;
- 4.3.3.6. Valorizar fornecedores que utilizem processos artesanais e que respeitem práticas culturais associadas à produção tradicional de filtros de barro, especialmente se feitos por artesãos locais.

#### **4.4 Diretrizes:**

4.4.1 Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

4.4.2 Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);

4.4.3 Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis que possam ser aperfeiçoados; Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

#### **4.5 Critérios:**

4.5.1 A opção por produtos mais sustentáveis deve ser feita de forma gradativa, com a definição de metas crescentes de aquisição, observando-se os preços e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade.

4.5.2 São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos, ou rejeitos:

- Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- Lançamento in natura ao ar livre, excetuados os resíduos de mineração; - Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- Outras formas vedadas pelo "poder público".
- Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE Nº 6. de VII/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;
- Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização a coleta seletiva; - Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras: racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

#### **4.6. Da vedação de contratação de marca/produto:**

4.6.1. No âmbito das contratações públicas, o inciso III do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021, prevê a possibilidade de indicar ou vedar a contratação de determinada marca, ou produto, desde que tal medida seja justificada por processo administrativo prévio. Tal processo deve demonstrar, com clareza, que os produtos adquiridos anteriormente não atenderam aos requisitos indispensáveis ao



cumprimento das obrigações contratuais.

4.6.2. Diante da ausência de laudos ou relatórios técnicos que sustentam a ineficiência de determinada marca, a Administração não pode, de forma arbitrária, impor restrições que possam comprometer a competitividade do certo, devendo primar sempre pela legalidade e impessoalidade.

4.6.3. Por sua vez, o artigo 41, inciso I estabelece que no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente, indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.

4.6.4. No caso em tela, não há restrições pré-definidas quanto a marcas, visando à liberdade de escolha entre fornecedores sustentáveis dada a ampla variedade de opções sustentáveis no mercado.

4.6.5 . Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

#### **4.7 Garantia da Contratação – Pronta Entrega**

4.7.1. A dispensa de garantia é justificada pela natureza do objeto e pela utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), o que permite uma aquisição programada conforme a demanda. Além disso, esse sistema possibilita à Administração adequar as compras às suas necessidades reais, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e sustentável.

4.7.2. Ademais, a contratação de filtros de barro envolve um produto de baixa complexidade técnica e de fácil substituição, o que reduz os riscos operacionais que normalmente justificariam a exigência de garantia. Como são produtos duráveis e de uso não especializado, com alta resistência ao desgaste, o risco de falhas ou defeitos é consideravelmente baixo.

4.7.3. A utilização do SRP confere uma estrutura de aquisição flexível e programada, permitindo que a Administração adquira os filtros conforme a demanda real, sem necessidade de manter estoques elevados. Esse sistema otimiza a gestão de compras, evitando custos adicionais de armazenagem e minimizando a possibilidade de obsolescência ou deterioração de itens em estoque. Ao eliminar a garantia, a Administração também reduz despesas desnecessárias e complexidades contratuais associadas, beneficiando-se de uma logística mais simplificada e de um processo de compras ágil e economicamente vantajoso.

## **5. Levantamento de Mercado**

### **5. Soluções de Mercado que Atendam aos Requisitos**

5.1 O mercado oferece diversos tipos de filtros, como, por exemplo:

5.1.1 Filtro de barro

5.1.2. Filtro de água Soma

5.1.3. Filtro de osmose inversa

5.1.4. Filtro de água de luz ultravioleta

5.1.5. Filtro de água de carbono

5.1.6. Filtro purificador

5.1.7. Filtro de água ozonizador

5.1.8. Filtro de água central

5.1.9. Filtro de água “vivo”

5.2 Cada filtro traz um tipo de benefício diferente aos usuários, no entanto, deve-se considerar a realidade dos usuários indígenas atendidos por este Distrito.

5.3 Opções de Soluções Disponíveis no Mercado com Potencial para Atender à Necessidade Conforme Requisitos da Contratação, a partir das exigências do projeto e do cenário de escassez hídrica, consideraremos soluções disponíveis no mercado que melhor atendam à urgência e aos critérios de sustentabilidade estabelecidos.

5.4. Escolha da Solução Tecnológica: Dentre as opções de tecnologia e produtos que poderiam atender à necessidade de filtragem de água para consumo seguro, destaca-se o filtro de barro como a alternativa mais viável devido à sua simplicidade de operação, eficiência comprovada na retenção de contaminantes, e adequação às exigências de sustentabilidade e durabilidade. Abaixo estão as principais opções tecnológicas avaliadas:

#### 5.4.1 Solução Tecnológica 1: Filtro de Barro Tradicional

- **Viabilidade:** Alta. O filtro de barro é amplamente utilizado no Brasil, especialmente em regiões remotas, devido à sua eficácia na retenção de partículas e micro-organismos. Possui uma barreira física e um sistema de carvão ativado que retém impurezas e melhora o gosto da água.
- **Vantagens:**

**Sustentabilidade:** Fabricado a partir de matéria-prima natural, o filtro de barro é alinhado às práticas de baixo impacto ambiental, sendo produzido com argila local e técnicas artesanais que reduzem a pegada de carbono.

**Eficiência:** Testes laboratoriais comprovam que o filtro de barro é eficaz na retenção de partículas, bactérias e outros micro-organismos, oferecendo uma água mais segura para consumo.

**Durabilidade:** Com vida útil longa, exige apenas a substituição do elemento filtrante de tempos em tempos, o que reduz custos e gera menos resíduos.

**Cultural e Social:** Promove a economia local, especialmente ao incentivar a produção artesanal e a contratação de micro e pequenas empresas regionais.

**Desvantagens:**

**Capacidade Limitada:** O filtro de barro possui um volume de filtração limitado, que pode exigir a aquisição de múltiplas unidades para comunidades maiores.

**Desmontagem e Descarte:** Embora sustentável, o descarte responsável ainda requer conscientização dos usuários sobre a correta destinação de seus componentes.

#### 5.4.2 Solução Tecnológica 2: Filtro Portátil de Fibra Sintética

**Viabilidade:** Moderada. O filtro de fibra sintética é eficiente na retenção de partículas, mas não é amplamente utilizado em regiões remotas e requer um certo nível de manutenção que pode ser menos adequado em contextos indígenas.

**Vantagens:**

**Eficiência na Filtração:** Retém partículas e algumas formas de contaminantes microbiológicos, podendo servir como complemento em situações de emergência.

**Praticidade:** De fácil instalação e leve, pode ser transportado e utilizado em diferentes locais de forma adaptável.

**Desvantagens:**

**Sustentabilidade:** Fabricado com materiais não biodegradáveis, esse filtro impacta negativamente o meio ambiente em seu descarte.

**Custo e Logística:** Geralmente importado ou produzido em menor escala, apresenta custo mais elevado e menor durabilidade.

**Manutenção:** Exige manutenção e trocas regulares, o que pode inviabilizar seu uso em áreas de difícil acesso.

#### 5.4.3 Solução Tecnológica 3: Filtro de Osmose Reversa

Viabilidade: Baixa. Embora eficaz em filtrar até os menores contaminantes, o filtro de osmose reversa é altamente complexo para regiões de difícil acesso, demandando energia elétrica e água sob pressão.

Vantagens:

Alta Eficácia: Retém quase todos os tipos de contaminantes, incluindo vírus, sendo altamente eficaz em contextos urbanos.

Desvantagens:

Custo Elevado: O alto custo de aquisição e operação torna esse sistema inadequado para o contexto de comunidades indígenas.

Dependência de Energia e Água Pressurizada: Requer infraestrutura que não está disponível nas áreas remotas, tornando seu uso impraticável.

Impacto Ambiental: O consumo de energia e o descarte de água residual afetam negativamente a sustentabilidade da operação.

5.5 Conclusão da Escolha da Solução Tecnológica, Com base nos critérios de viabilidade, custo, sustentabilidade e adequação ao contexto das comunidades indígenas, o **filtro de água de barro** é destaque nesta seleção por ter o melhor custo-benefício! Tipicamente brasileiro, o filtro de barro foi eleito pelo livro *The Drinking Water Book*, com base em pesquisas norte-americanas, como o melhor sistema de purificação de água do mundo!

5.6 Ele mantém a água fresca o tempo todo e elimina pesticidas, alumínio, chumbo, cloro e outras substâncias tóxicas, além de reter partículas sólidas. O bom funcionamento do filtro de barro depende de manutenção e higiene adequadas, e as velas devem ser trocadas com regularidade.

5.7 A filtragem é feita por gravidade, por meio de uma vela de cerâmica com carvão ativado e nitrito de prata. Porém, o filtro de barro é uma opção menos danosa ao meio ambiente do que filtros de plástico, mas é importante lembrar que é um produto de difícil reciclagem, por ser composto de cerâmica.

5.8 Segue abaixo quadro identificando algumas empresas especializadas no fornecimento de filtros de barro e afins, tais quais, atendem aos requisitos especificados:

Empresas especializadas em filtro de barro

EMPRESA	ENDEREÇO ELETRÔNICO
NC WATER	vendas@ncwater.com.br
MILENIO MOVEIS	jrestevao@gmail.com juniestevao@hotmail.com
CRISTALSERV	filtros cristalserv@gmail.com
GLOBAL FILTROS	vendas@globalfiltros.com.br
TEM FER	marketing@temfer.com.br
E. DE ABREU	edynilce@hotmail.com
CASAS BAHIA	www.casasbahia.com.br

5.9 A aquisição de filtro de barro se dar pelo atendimento a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal proferida no âmbito da ADPF nº 709 de 2020, nestas palavras:

Caberá aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas implantar ações alternativas de acesso à água potável em aldeias localizadas em terras indígenas homologadas. As

medidas alternativas consistem no fornecimento de água por meio de carro pipa e distribuição de caixas d'água para aldeias de acesso terrestre, e do fornecimento de filtros de barro e hipoclorito de sódio 2,5% para aldeias de acesso fluvial ou aéreo;

5.10 Deste modo, considerando determinação legal, bem como, o mercado conta com várias empresas especializadas em filtros de barro, esta equipe entende como melhor alternativa de solução de mercado.

### 5.11 Escolha da Solução de Execução

5.2.1. Considerando a análise de capacidade técnica e operacional:

**Possibilidade de Atendimento por Meios Próprios:** A análise de atendimento por meios próprios revela-se inviável, pois o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), não dispõe da estrutura técnica, dos recursos humanos e das condições financeiras para produzir e distribuir filtros de barro em escala adequada para atender a demanda emergente das comunidades indígenas em situação de vulnerabilidade hídrica. A fabricação e logística desse tipo de equipamento requerem não apenas conhecimentos especializados sobre cerâmica e filtragem de água, mas também um aparato produtivo que permita alcançar os padrões exigidos de qualidade e segurança para o consumo humano, além da capacidade de distribuição para regiões remotas. Considerando que a SESAI já atua em suas atividades-fim na implementação de sistemas de saneamento e abastecimento em locais isolados, a adição de uma cadeia produtiva complexa e de alta demanda, como a dos filtros, sobrecarregaria os recursos já limitados do órgão, desviando seu foco e afetando diretamente a efetividade dos serviços essenciais. Além disso, do ponto de vista financeiro, a criação de uma linha de produção própria demandaria investimentos iniciais significativos em infraestrutura e pessoal, que, considerando a urgência do cenário, seriam ineficazes para uma resposta imediata. Portanto, a opção de atendimento por meios próprios é descartada, pois apresenta limitações críticas e não permite que o MS atue com a agilidade e a abrangência necessárias para enfrentar a crise hídrica e proteger a saúde das comunidades indígenas assistidas.

**Contratação de Empresa Especializada:** fornecimento de filtros de barro revela-se como a opção mais viável e preferencial, não apenas pela capacidade técnica, mas também pela expertise específica no desenvolvimento de soluções de filtragem adequadas ao consumo humano e às exigências de qualidade e segurança da água. Empresas especializadas possuem conhecimento consolidado em tecnologias de purificação e contam com processos de produção estruturados para atender a demandas complexas, como as das comunidades indígenas, que necessitam de produtos duráveis, de fácil manejo e adaptados ao contexto de uso em áreas remotas.

Além disso, a especialização dessas empresas no setor de filtros de barro contribui para a conformidade com critérios de sustentabilidade, visto que muitas delas empregam práticas de fabricação sustentáveis, incluindo o uso de matéria-prima local, processos artesanais e controle de qualidade que evitam o uso de componentes tóxicos, como metais pesados, em sua composição. Isso é essencial para garantir que o produto final não apenas cumpra com os requisitos de filtragem de impurezas e micro-organismos, mas também respeite o meio ambiente e os princípios de saúde pública. Optar por uma empresa especializada permite ainda que o Ministério da Saúde (MS), por meio da SESAI, se beneficie de uma cadeia de suprimentos otimizada, uma vez que tais empresas possuem a infraestrutura logística necessária para atender à distribuição em larga escala e em prazos curtos, o que é crucial para a situação de emergência atual. Este modelo de contratação assegura que o fornecimento será realizado com a eficiência exigida e evita atrasos que poderiam ocorrer caso o MS tentasse atender à demanda por meios próprios. Com essa estratégia, o Estado não apenas cumpre seu dever de garantir o acesso à água potável, mas também promove o desenvolvimento econômico e social, uma vez que a contratação pode priorizar empresas locais, de micro e pequeno porte, gerando impacto positivo na economia regional.

**Conclusão da Solução de Execução:** A contratação de empresa especializada se mostra a melhor opção para atender à demanda com qualidade e responsabilidade, em consonância com o Art. 11 da Lei 14.133 /2021, que prevê a utilização de fornecedores capacitados para atender aos critérios técnicos e ambientais exigidos.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução como um todo consiste na aquisição de filtros de barro sustentáveis, por meio de participação no Sistema de Registro de Preços, em Pregão Eletrônico. A opção pelo filtro de barro responde à urgência de garantir água potável às comunidades indígenas atendidas afetadas por uma seca severa que compromete suas fontes de água limpa e segura. Os filtros de barro, DSEI Alto Rio Negro foram escolhidos por apresentarem características que aliam eficiência de purificação, simplicidade de uso, durabilidade e atendimento a critérios de sustentabilidade – essenciais para a preservação da saúde pública e do meio ambiente. Este processo em conjunto visa não apenas à economia de escala e condições mais vantajosas de aquisição, mas também à otimização de tempo e recursos, permitindo que o atendimento emergencial à crise hídrica seja realizado de forma ágil e econômica

1	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes
2	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)
3	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.
4	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.

6.2 A aquisição de insumos, filtros de barro com 2 elementos com capacidade de 10 litros e ainda acessórios para reposição como velas (refil), hipoclorito de sódio de 2,5% de cloro ativo, para a implementação das medidas alternativas de acesso à água potável, segundo as propostas do ADPF 709, na qual tem por objetivo a distribuição às comunidades indígenas localizadas nos municípios de São Gabriel da Cachoeira/AM, Santa Isabel do Rio Negro/AM e Barcelos/AM.

6.3 Considerando a necessidade de fornecimento de água potável às populações indígenas do DSEI/ARN e o combate aos surtos de doenças por veiculação hídrica nas aldeias, faz-se necessário tal aquisição que contemplará além dos filtros de barro e as velas para tratamento da água.

6.4 **Localidade de entrega:** A entrega dos filtros de barro ocorrerá na sede do DSEI Alto Rio Negro, sediado na Avenida Sete de Setembro, n.º 500 - Bairro Praia, São Gabriel da Cachoeira /AM, CEP 69750-000, para posterior distribuição e uso pelas comunidades indígenas atendidas por este Distrito.

6.5 **Prazo de entrega:** A entrega dos filtros de barro está prevista para ocorrer em até **30 (trinta) dias**, contados dias corridos a partir da data de emissão da nota de empenho ou documento equivalente. Esse prazo foi definido para assegurar uma resposta rápida às necessidades emergenciais de saúde pública das comunidades impactadas pela seca.

6.6 **Empreitada:** A contratação será realizada em regime de empreitada por preço unitário, conforme o quantitativo determinado pelas demandas das comunidades indígenas e as condições

de fornecimento estabelecidos no Sistema de Registro de Preços. Esse modelo permite flexibilidade e adequação dos custos da aquisição à demanda real, conforme as necessidades específicas e urgentes das localidades atendidas.

**6.7 Exigências de manutenção e garantia:** Conforme o Código do Consumidor, o fornecedor será responsável por garantir a substituição de itens defeituosos, conforme o previsto pela legislação, assegurando o suporte e assistência técnica caso necessário. Cada filtro deverá atender aos requisitos de durabilidade e eficiência de purificação, minimizando a necessidade de trocas frequentes e promovendo uso sustentável dos recursos públicos.

**6.8** A opção pela contratação de uma empresa especializada e alinhada com práticas de sustentabilidade também atende ao compromisso de apoiar a economia regional, incentivando a aquisição de filtros de barro produzidos com matéria-prima local e por micro e pequenas empresas, o que fortalece o desenvolvimento social e econômico da região.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7 - Metodologia da Estimativa

**7.1** O método utilizado para a estimativa das quantidades a serem contratadas, foi baseado no quantitativo de população e residências por aldeia, vale salientar, que em famílias com mais de 4 habitantes, são destinados 2 filtros de barro. Após obtenção das aldeias a serem contempladas foi realizado o cálculo do número de famílias a serem contempladas. Para elaboração desse cálculo utilizou-se população atual de cada aldeia (SIASI, JANEIRO/2024) e estimou-se que cada família é composta por aproximadamente 4 (quatro) pessoas. Portanto obteve-se a necessidade aproximada de 2792 filtros de barro de 10 litros, velas, baldes de 12 litros e torneiras. Vale ressaltar que a vida útil da vela de um filtro depende muito da quantidade e qualidade de água a ser tratada, logo, quanto maior for o grau de contaminação e a exigência da vela, menor será sua vida útil.

**7.2** O melhor detalhamento encontra-se em anexo.

Estimativa de quantidades a serem contratadas								
ITEM	ALDEIA	POLO BASE	MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE DE FITLROS	REFIL - VELA	BALDE	TORNEIRA
1	APUI (ESTRADA)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
2	AÇAITUBA KM 17 (BR 307)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
3	BALAIO (BR 307 KM 100) - EST. CAMANAUS	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	30,00	60	30,00	33
4	BENICIO (ESTRADA)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
5	ITACOATIARA MIRIM EST. CAMANAUS	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	42,00	84	42,00	46
6	MALOCA (ESTRADA)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	3,00	6	3,00	3
7	SAO JORGE PX KM 15 (BR 307)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
8	VILA AMAZONINO (NOVA VIDA) - EST. CAMANAUS	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	27,00	54	27,00	30
9	SAO MIGUEL KM 90 (BR 307)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	7,00	14	7,00	7
10	SAGRADA FAMILIA - KM (BR 307)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
11	SITIO EU E DEUS (BR 307)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
	AQUIDABAM (EST DE		SAO GABRIEL DA					

12	CAMANAUS)	BALAIO	CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
13	SITIO SAO PEDRO (EST DE CAMANAUS)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
14	SOZINHO KM 80 (BR 307)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
15	PIRANGA (PORTO DE CAMANAUS)	BALAIO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
16	ASSUNÇÃO DO IÇANA	CAMARÃO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	59,00	118	59,00	65
17	AUXILIADORA	CAMARÃO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	18,00	36	18,00	20
18	BOA VISTA	CAMARÃO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	65,00	130	65,00	72
19	ITUIM	CAMARÃO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
20	WACARA	CAMARÃO	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	6,00	12	6,00	7
21	CANADA	CANADÁ	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	41,00	82	41,00	45
22	SERRA DO CABARI	CARURU DO TIQUIE	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	24,00	48	24,00	26
23	JUTICA	CARURU - WAUPES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	6,00	12	6,00	6
24	AÇAI	CARURU - WAUPES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	7,00	14	7,00	7
25	AVENIDA RIO NEGRO	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	14,00	28	14,00	15
26	BOA VISTA	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
27	RUA ANTONIO JOÃO	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	5,00	10	5,00	6
28	RUA BERLIN	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
29	RUA CURUMIM	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	7,00	14	7,00	8
30	RUA HENRIQUE DIAS	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	5,00	10	5,00	6
31	RUA MARECHAL RONDON	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	10,00	20	10,00	11
32	RUA MATIAS ALBUQUERQUE	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
33	RUA PLÁCIDO CASTRO	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	7,00	14	7,00	8
34	RUA TIRADENTES	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	13,00	26	13,00	14
35	VILA DA CEAM	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
36	VILA MILITAR	CUCUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
37	CARANGUEIJO II	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
38	CORINIR PONTA	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	13,00	26	13,00	14
39	ILHA DE CAMARAO	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	6,00	12	6,00	7
40	ILHA DO TROVAO	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
41	JURUTI	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4

42	PORANGA	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	3,00	6	3,00	3
43	SANTA LUCIA	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
44	SAO JOSE II	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
45	SAO JOAQUIM MIRIM	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	5,00	10	5,00	6
46	SAO JOAQUIM MOREIRA /CUBERDA	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
47	SITIO NOVO	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	5,00	10	5,00	6
48	UIRAPIXUNA	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
49	VEIDARE	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	3,00	6	3,00	3
50	SAO SEBASTIÃO	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	21,00	42	21,00	21
51	SANTA MARIA	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	5,00	10	5,00	5
52	PONTA DAPA	ILHA DAS FLORES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	15,00	30	15,00	15
53	ASSUNÇÃO	JURUTI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
54	POVINIR	JURUTI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	5,00	10	5,00	6
55	TAWA	JURUTI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	12,00	24	12,00	13
56	SANTO ATANÁSIO	MARABITANA DO WAUPES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	63,00	126	63,00	69
57	SANTO EXPEDITO	MARABITANA DO WAUPES	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
58	BELA VISTA	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	28,00	56	28,00	31
59	PIRACEMA	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	7,00	14	7,00	8
60	POMBO-IGARAPE	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	7,00	14	7,00	8
61	SANTA CRUZ	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	12,00	24	12,00	13
62	SULEO	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	6,00	12	6,00	7
63	TUCANDIRA	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
64	URUBU LAGO	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	7,00	14	7,00	8
65	VILA APARECIDA	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	41,00	82	41,00	45
66	VILA DOM BOSCO	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	27,00	54	27,00	30
67	VILA SANTO EXPEDITO	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	21,00	42	21,00	23
68	VILA SAO DOMINGOS SAVIO	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	39,00	78	39,00	43
69	VILA SAO JOSE	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	11,00	22	11,00	12
70	VILA SAO MIGUEL	PARI CACHOEIRA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	19,00	38	19,00	21
		SÃO	SAO GABRIEL DA					



71	EDEM	JOAQUIM	CACHOEIRA	AM	5,00	10	5,00	6
72	BARCELOS	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
73	CORACY	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	7,00	14	7,00	7
74	WARIRAMBA	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	8,00	16	8,00	8
75	MATAPY CACHOEIRA	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	15,00	30	15,00	15
76	RORAIMA	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	3,00	6	3,00	3
77	PANA - PANA	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	7,00	14	7,00	7
78	MARACA	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
79	NAZARÉ	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
80	BETEL	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	3,00	6	3,00	3
81	BOA VISTA	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	5,00	10	5,00	5
82	MATRACA	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
83	WAINAMBI-POÇO	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
84	CAMANAUS	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	6,00	12	6,00	6
85	CAMPO ALTO	SAO JOAQUIM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
86	BARREIRA I	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	6,00	12	6,00	7
87	BARREIRA II	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	49,00	98	49,00	54
88	SÃO LUIZ	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	5,00	10	5,00	6
89	NOVA FUNDAÇÃO	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	69,00	138	69,00	76
90	CUCURA MANAUS	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	29,00	58	29,00	32
91	SÃO JOAQUIM	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	30,00	60	30,00	33
92	GUADALUPE	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	11,00	22	11,00	12
93	TROVÃO	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	22,00	44	22,00	24
94	SÃO JOSÉ	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	10,00	20	10,00	11
95	MARACAJA	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	7,00	14	7,00	8
96	SAMAUMA	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	8,00	16	8,00	9
97	SANTA LUZIA	SÃO JOSÉ II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	10,00	20	10,00	11
98	SAO JOSE MORMES	SÃO JOSE II	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	15,00	30	15,00	17
99	CRISTO REI	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
100	KUITUNO	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2

101	SANTO ANTONIO III	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
102	SAO TOME	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
103	SAO VICENTE II	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
104	BOM JESUS II	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
105	SERRINHA II	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
106	VILA NOVA	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	18,00	36	18,00	18
107	SÃO PEDRO	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	12,00	24	12,00	12
108	SITIO SANTA CRUZ	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
109	ARURA	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	22,00	44	22,00	22
110	FONTE BOA	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	28,00	56	28,00	28
111	WARA	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
112	SAO MIGUEL	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
113	SAO PEDRO MIRIM	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
114	WAIPANACO	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
115	UCUQUI-PONTA	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
116	UMIRI PONTA	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	3,00	6	3,00	3
117	TAPURUQUARA MIRIM	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	40,00	80	40,00	40
118	JUPATI	TAPERERA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	20,00	40	20,00	20
119	AÇAI-PARANA	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	12,00	24	12,00	13
120	ANANAS	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
121	CARAVATANA	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
122	COLINA	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	16,00	32	16,00	18
123	IPANORE	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	18,00	36	18,00	20
124	MATAPI	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	26,00	52	26,00	29
125	MONTE ALEGRE	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	25,00	50	25,00	28
126	SANTA TEREZINHA	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	23,00	46	23,00	25
127	SAO FELIPE	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	12,00	24	12,00	13
128	SAO MARTINHO (TARACUA)	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	13,00	26	13,00	14
129	SAO PEDRO (TARACUA)	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	11,00	22	11,00	12
			SAO GABRIEL DA					

130	SAO TOME (TARACUA)	TARACUA	CACHOEIRA	AM	3,00	6	3,00	3
131	STA APARECIDA-GUADALUPE (TARACUA)	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	14,00	28	14,00	15
132	URIRI (TARACUA)	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	11,00	22	11,00	12
133	VILA APARECIDA (TARACUA)	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	1,00	2	1,00	1
134	VILA CONCEIÇÃO (TARACUA)	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	20,00	40	20,00	22
135	VILA DOM BOSCO (TARACUA)	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	10,00	20	10,00	11
136	VILA SANTA CRUZ (TARACUA)	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	9,00	18	9,00	10
137	VILA SÃO DOMINGOS (TARACUA)	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	15,00	30	15,00	17
138	VILA SAO JOSE (TARACUA)	TARACUA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	11,00	22	11,00	12
139	AREAL MIRIM (TUCUMA)	TUCUMÃ	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
140	UMARI-LAGO (TUCUMA)	TUCUMÃ	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	4,00	8	4,00	4
141	NAZARE (PB TUNUI)	TUNUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	60,00	120	60,00	66
142	WARIRAMBA (PB TUNUI)	TUNUI	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	24,00	48	24,00	26
143	ATIBAIA (VILA NOVA)	VILA NOVA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
144	CUMATI (VILA NOVA)	VILA NOVA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	14,00	28	14,00	15
145	QUATI (VILA NOVA)	VILA NOVA	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	2,00	4	2,00	2
146	VILA APARECIDA I (YAUARETE)	YAUARETE	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	42,00	84	42,00	46
147	VILA APARECIDA II (YAUARETE)	YAUARETE	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	67,00	134	67,00	74
148	VILA DOM BOSCO (YAUARETE)	YAUARETE	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	79,00	158	79,00	87
149	VILA DOMINGOS SAVIO (YAUARETE)	YAUARETE	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	35,00	70	35,00	39
150	VILA FATIMA (YAUARETE)	YAUARETE	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	33,00	66	33,00	36
151	VILA SAO JOSE (YAUARETE)	YAUARETE	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	51,00	102	51,00	56
152	VILA SAO MIGUEL (YAUARETE)	YAUARETE	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	74,00	148	74,00	81
153	VILA SAO PEDRO (YAUARETE)	YAUARETE	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	25,00	50	25,00	28
154	LAGO DAS PEDRAS DO RIO UNINI	CAUBURIS	BARCELOS	AM	16,00	32	16,00	18
155	MANAPANA DO RIO UNINI	CAUBURIS	BARCELOS	AM	16,00	32	16,00	18
156	LAGUINHO EXTINTA - PB CAUBURIS	CAUBURIS	BARCELOS	AM	1,00	2	1,00	1
157	MANACAUACA I (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	9,00	18	9,00	10
158	MONTE SINAI (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	5,00	10	5,00	6
159	MONTE SIAO (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	8,00	16	8,00	9

160	BOM JESUS (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	2,00	4	2,00	2
161	CAUBURIS II (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	4,00	8	4,00	4
162	ISABEL (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	11,00	22	11,00	12
163	LAGO GRANDE (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	2,00	4	2,00	2
164	MANACAUACA II (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	6,00	12	6,00	7
165	NOVA ESPERANÇA (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	1,00	2	1,00	1
166	PATAUA DO RIO UNINI	CAUBURIS	BARCELOS	AM	26,00	52	26,00	29
167	SAO ROQUE II (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	9,00	18	9,00	10
168	SANTA RITA DE MANACAUACA EXTINTA	CAUBURIS	BARCELOS	AM	10,00	20	10,00	11
169	UBIM (PB CAUBURIS)	CAUBURIS	BARCELOS	AM	8,00	16	8,00	9
170	ALALAU (PB CUMARU)	CUMARU	BARCELOS	AM	3,00	6	3,00	3
171	NOVO ISRAEL (PB CUMARU)	CUMARU	BARCELOS	AM	2,00	4	2,00	2
172	ANAUINI (PB CUMARU)	CUMARU	BARCELOS	AM	1,00	2	1,00	1
173	IARRAN (PB CUMARU)	CUMARU	BARCELOS	AM	2,00	4	2,00	2
174	SAMAUMA (PB CUMARU)	CUMARU	BARCELOS	AM	2,00	4	2,00	2
175	XIBUIPEWA (PB CUMARU)	CUMARU	BARCELOS	AM	2,00	4	2,00	2
176	DARACUA (PB CUMARU)	CUMARU	BARCELOS	AM	2,00	4	2,00	2
177	SANTA INES (PB CUMARU)	CUMARU	BARCELOS	AM	13,00	26	13,00	14
178	PONTA DA TERRA (PB CUMARU)	CUMARU	BARCELOS	AM	14,00	28	14,00	15
179	DEUS ME DEU - PB TAPERA	TAPERA	BARCELOS	AM	3,00	6	3,00	3
180	ILHA NOVA VIDA - PB TAPERA	TAPERA	BARCELOS	AM	5,00	10	5,00	6
181	SANTA LUZIA - PB TAPERA	TAPERA	BARCELOS	AM	3,00	6	3,00	3
182	SANTA RITA - PB TAPERA	TAPERA	BARCELOS	AM	1,00	2	1,00	1
183	ILHA PARAISO - PB TAPERA	TAPERA	BARCELOS	AM	3,00	6	3,00	3
184	ALIPAQ - PB TAPERA	TAPERA	BARCELOS	AM	1,00	2	1,00	1
185	PROVIDENCIA - PB TAPERA	TAPERA	BARCELOS	AM	1,00	2	1,00	1
186	ACUQUAIA - PB TAPERA	TAPERA	BARCELOS	AM	11,00	22	11,00	12
187	TELHEIRO - PB TAPERA	TAPERA	BARCELOS	AM	1,00	2	1,00	1
188	BACABAL (MASSARABÍ)	MASSARABÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	8,00	16	8,00	9
189	BOA VISTA (MASSARABÍ)	MASSARABÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	23,00	46	23,00	25
190	CASTANHEIRINHO (MASSARABÍ)	MASSARABÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	12,00	24	12,00	13
191	AUTRAN - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
192	BACURI - NAZARE DO ENUIXI	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	2,00	4	2,00	2
193	BOA VISTA - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
194	CAMPINAS - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
195	CUJUMBIM	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	3,00	6	3,00	3
	ESCONDIDO - NAZARÉ DO	NAZARÉ DO	SANTA ISABEL					

196	ENUIXI	ENUIXÍ	DO RIO NEGRO	AM	2,00	4	4	2
197	ESTALEIRO - NAZARÉ DO ENUIXI	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	2,00	4	2,00	2
198	MARICOTA - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	4,00	8	4,00	4
199	MONTE ALTO I - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	2,00	4	2,00	2
200	MONTES DAS OLIVEIRAS - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
201	GRANDE VITORIA - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	2,00	4	2,00	2
202	CONCEICAO - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
203	ROÇADO - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	49,00	98	49,00	54
204	TAUARI - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	8,00	16	8,00	9
205	TIMUNI - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	4,00	8	4,00	4
206	TABOCAL DO RIO NEGRO (CHILE) - NAZARÉ DO ENUIXI	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
207	SANTA MARIA II - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
208	SÃO GERONIMO - NAZARÉ DO ENUIXÍ	NAZARÉ DO ENUIXÍ	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	2,00	4	2,00	2
209	MANGUEIRA (PB SERRINHA)	SERRINHA	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	9,00	18	9,00	10
210	PARICA (PB SERRINHA)	SERRINHA	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	2,00	4	2,00	2
211	SACRAMENTO (PB SERRINHA)	SERRINHA	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
212	TABOCAL DO DARAHÁ (PB SERRINHA)	SERRINHA	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
213	ESCONDIDO (PB SERRINHA)	SERRINHA	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
214	JAMARU (PB SERRINHA)	SERRINHA	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	1,00	2	1,00	1
TOTAL					2474	4948	2474	2474

## 7.2 - Utilização de Contratações Anteriores

250350012862021-15 - Aquisição de Filtro de Barro, em processo de execução final.

## 7.3 - Memória de Cálculo

Localizada no Anexo I do presente ETP Digital.

## 7.4 - Mecanismos para Materiais Específicos sem Previsibilidade

Os materiais serão pagos após 30 dias do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

# 8. Estimativa do Valor da Contratação

## 8. Metodologia da Pesquisa de Preços

### Metodologia de Cálculo de Preços

8.1 Para obtenção dos valores dos itens do objeto realizou-se uma pesquisa prévia entre valores obtidos em pesquisas relacionadas do objeto em questão. Vale ressaltar que foram descartados os valores de pesquisas que estavam 30% acima ou abaixo da média.

8.2 O custo estimado da aquisição do objeto é de **R\$ 1.869.255,44** (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Item	Descrição/ especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quant. Total	Qtde. Min	Qtde. Max	Quant. Total	Valor unitário (média)	valor total (média)
1	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	1979	659	990	1979	R\$ 488,33	R\$ 966.405,07
2	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	345169	UND	495	165	248	495	R\$ 488,33	R\$ 241.723,35
3	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	7285	UND	3958	1319	1979	3918	R\$ 100,00	R\$ 395.800,00
4	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	7285	UND	990	330	495	980	R\$ 100,00	R\$ 99.000,00
5	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	1979	659	990	1979	R\$ 37,23	R\$ 73.678,17
6	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico. <b>(COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)</b>	253711	UND	495	165	248	495	R\$ 37,23	R\$ 18.428,85
7	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	2474	825	1237	2474	R\$ 30,00	R\$ 74.220,00
VALOT MÉDIO GLOBAL									R\$ 1.869.255,44

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

### **9.1 - Justificativa do Parcelamento ou não dos Serviços**

9.1. Conforme estabelecido pela Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), a Administração deve priorizar o parcelamento do objeto nas licitações, sempre que técnica e economicamente viável, visando a obtenção de economia de escala. No entanto, ao analisar a presente necessidade do a aquisição de filtros de DSEI ARN, barro destinados ao fornecimento de água potável a comunidades indígenas impactadas pela escassez hídrica, verifica-se que o parcelamento não é tecnicamente viável.

9.2. A aquisição dos filtros de barro requer que estes sejam fornecidos em kits completos, incluindo velas filtrantes, torneiras e baldes, uma vez que os itens não são entregues montados pelas fabricantes. A compra dos componentes de forma fragmentada implicaria na necessidade de uma posterior montagem e adaptação técnica para garantir a funcionalidade dos filtros. Essa demanda por montagem posterior, além de não ser exequível no contexto das comunidades atendidas, colocaria em risco a integridade e a eficácia do equipamento de filtragem.

9.3. Diante da atual crise hídrica, que compromete o acesso a fontes de água potável, a disponibilização rápida e integral dos filtros é fundamental para a prevenção de doenças de veiculação hídrica, como infecções bacterianas e virais, que afetam de forma mais grave as populações vulneráveis. O fornecimento dos filtros de barro em kits prontos, sem parcelamento dos itens, agiliza a entrega e possibilita o uso imediato nas comunidades, mitigando o risco de contaminação e de sobrecarga nos sistemas de saúde locais.

9.4. A aquisição dos filtros como kits completos também representa um ganho de eficiência operacional, ao evitar custos e processos adicionais que a montagem descentralizada exigiria. Além disso, a contratação integral favorece a economia de escala, reduzindo o custo unitário dos kits e maximizando o impacto positivo da aquisição no orçamento público.

9.5 O fornecimento dos filtros em kits prontos assegura a padronização dos itens e a garantia de qualidade do fornecedor, o que contribui para a durabilidade e efetividade dos filtros. A divisão dos itens, ao contrário, poderia comprometer a funcionalidade dos filtros e aumentar o custo de manutenção, uma vez que a responsabilidade pela compatibilidade e integridade dos componentes se diluiria entre diferentes fornecedores.

9.6. Diante do exposto, a aquisição dos filtros de barro em kits completos sem parcelamento é justificada pela inviabilidade técnica e pela necessidade de garantir a entrega imediata e eficaz de um item essencial à saúde pública. Esta abordagem assegura que as comunidades indígenas atendidas pelo recebam a proteção DSEI ARN necessária contra os riscos de contaminação hídrica, cumprindo assim a obrigação da Administração Pública de promover o bem-estar e a segurança das populações vulneráveis.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 O Transporte Aéreo, Terrestre e Fluvial: A logística de transporte é fundamental, pois sem esses serviços, os filtros não chegariam às comunidades indígenas, muitas vezes localizadas em áreas de difícil acesso. A distribuição do objeto depende diretamente desses meios de transporte, tornando-os indispensáveis.

10.2 Informa-se que este Distrito tem contrato de locação de aeronave tipo CARAVAN, o contrato será utilizado pela equipe do SESANI/ARN, para distribuição dos filtros de barro e seus componentes, no entanto, este Distrito carece de aquisição de botes e motores para que a entrega possa acontecer de fato, considerando que os botes e motores utilizados atualmente já estão distribuídos para as entradas de equipe, este Distrito não dispõe de bote reserva para as entregas.

10.3 Contratações Correlatas: São aquelas que complementam o objeto principal, mas que não são indispensáveis para sua execução direta. Elas agregam valor ao projeto e aumentam sua eficácia e sustentabilidade, mas o fornecimento dos filtros de barro não depende inteiramente delas.

10.4 Aquisição de Peças de Reposição (Velas Filtrantes e Torneiras): A reposição periódica das velas e, eventualmente, das torneiras é essencial para que os filtros continuem funcionando corretamente e mantenham a qualidade da água filtrada. A aquisição/contratação desses itens é interdependente, pois a funcionalidade dos filtros depende deles a longo prazo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

### 11.1 - Alinhamento aos Planos do MS

Esta contratação está ligada indiretamente às políticas de saúde, pois é fundamental para a disponibilidade de água potável o que possibilita a execução as políticas públicas de saúde nas aldeias indígenas.

### 11.2 - Alinhamento a Políticas Públicas

Considerando que a Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI/M.S é o órgão do Ministério da Saúde criado para coordenar e avaliar as ações de atenção à saúde no âmbito do Subsistema de Saúde Indígena, além da promoção, articulação e integração com os setores governamentais e não governamentais que possuem interface com a atenção à saúde indígena. É responsabilidade da Secretaria também identificar, organizar e disseminar conhecimentos referentes à saúde indígena e estabelecer diretrizes e critérios para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de saneamento ambiental e de edificações nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

### 11.3 - Alinhamento ao Plano Anual de Contratações (IN SEGES nº nº 1/2019)

Considerando que a pretensa contratação está incluída e alinhada com o Plano Anual de Contratações, conforme Planilha SESANI - Extrato PCA 2024 - V2 (SEI id 0037329537).

## 12. Resultados Pretendidos

12.1 A contratação para aquisição de filtros de barro para as comunidades indígenas atendidas pelo DSEI ARN visa alcançar benefícios diretos e indiretos que garantam a efetividade da ação, bem como promovam o desenvolvimento sustentável, respeitando os princípios de economicidade, eficácia e eficiência no uso dos recursos públicos. Abaixo, apresentam-se os principais benefícios que se almeja com essa contratação:

- **Redução de Doenças de Veiculação Hídrica:** Com a disponibilização de filtros de barro, espera-se uma significativa diminuição na incidência de doenças relacionadas ao consumo de água não tratada, como infecções gastrointestinais, hepatite e cólera. Essa medida preventiva traz resultados imediatos na saúde das comunidades, especialmente em áreas remotas onde o atendimento médico pode ser limitado.
- **Acesso Imediato a Água Potável:** Em um cenário de escassez hídrica agravada pela seca, o uso dos filtros assegura o acesso a uma fonte segura e contínua de água potável. Essa medida proporciona a imediata mitigação dos riscos à saúde associados ao consumo de água contaminada, aumentando a qualidade de vida das comunidades atendidas.
- **Redução de Custos de Saúde:** A prevenção de doenças por meio do fornecimento de água filtrada reduz a necessidade de atendimentos médicos relacionados a infecções e outras condições associadas à água contaminada. Isso representa uma economia significativa para o sistema de saúde indígena, liberando recursos para outras necessidades.
- **Fortalecimento do Direito à Saúde:** A medida reforça o compromisso da SESAÍ e do DSEI ARN com a promoção da saúde indígena, assegurando o direito constitucional à saúde. Esse



fornecimento de água potável fortalece as políticas públicas direcionadas às populações indígenas, garantindo sua proteção e inclusão nos programas de saúde pública.

- **Desenvolvimento Nacional Sustentável:** A produção e aquisição dos filtros de barro podem ser direcionadas para fornecedores nacionais, incentivando o mercado de produtos sustentáveis e o desenvolvimento de tecnologias acessíveis para tratamento de água. Além disso, o uso de filtros de barro — um produto de baixo impacto ambiental — contribui para uma solução sustentável e alinhada com as diretrizes de preservação ambiental.
- **Promoção da Segurança Hídrica:** A instalação dos filtros de barro contribui diretamente para a segurança hídrica das comunidades, oferecendo uma solução viável para o consumo de água potável em períodos de seca. Esse impacto positivo contribui para que a população indígena mantenha sua saúde e sua segurança alimentar, assegurando que a água de qualidade esteja disponível para consumo e preparo dos alimentos.
- **Prevenção de Deslocamentos em Busca de Água Potável:** Com o fornecimento de filtros, as comunidades se tornam menos dependentes de fontes de água distantes, o que reduz a necessidade de deslocamentos longos e arriscados. Essa medida promove a permanência da população em suas localidades, minimizando riscos de exposição a ambientes inseguros e assegurando o bem-estar da comunidade

## 13. Providências a serem Adotadas

### 13.1 - Necessidade de Capacitação

Não há necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização deste pleito, tendo em vista, que os fiscais do contrato atual atuaram na contratação pretendida e já possuem o conhecimento necessários para o acompanhamento dos serviços.

### 13.2 - Adequação ao Ambiente

Não são necessárias atividades para adequação, visto que a área técnica do Setor de Edificações e Saneamento Ambiental possui técnicos capacitados para desenvolver as ações ao momento de aplicação dos materiais e Equipamentos pleiteados.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A aquisição de pode causar impactos ambientais no tocante ao descarte dos materiais e no uso ineficiente de recursos. Assim sendo, cabe a Área Técnica a realização de orientações a respeito da economia de recursos e a eficiência do uso de matérias, tais como energia elétrica, água e demais recursos que estejam sob sua supervisão.

14.2 É dever da empresa contratada observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

14.3 A contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

14.4 Possíveis impactos ambientais relacionados à aquisição de filtros de barro e as respectivas medidas de tratamento ou mitigadoras para minimizar esses riscos, conforme o inciso XII, art. 7º da IN 40/2020:

Impacto Ambiental Potencial	Descrição do Impacto	Medidas de Tratamento ou Mitigador
Geração de Resíduos Pós-Uso	Componentes como velas de carvão e resíduos de barro podem gerar resíduos que necessitam de descarte adequado após o fim da vida útil dos filtros.	Promover a coleta seletiva e campanha de descarte responsável, além de parcerias para reciclagem ou reutilização dos materiais descartados.
Emissões de CO no Transporte	O transporte dos filtros até as comunidades remotas pode gerar emissões de CO, dependendo da distância e do tipo de transporte utilizado (terrestre, aéreo, fluvial).	Priorizar fornecedores regionais e rotas de entrega para minimizar distâncias percorridas. Utilizar transporte compartilhado sempre que possível.
Consumo de Embalagens Plásticas	Caso embalagens plásticas sejam usadas na proteção e transporte dos filtros, há risco de gerar resíduos plásticos não biodegradáveis.	Optar por embalagens biodegradáveis ou recicláveis. Negociar com fornecedores o uso mínimo de embalagens plásticas, buscando alternativas sustentáveis.

14.5 Essas medidas de mitigação, se implementadas adequadamente, ajudarão a garantir que a aquisição dos filtros de barro ocorra de maneira sustentável, alinhada aos princípios de responsabilidade ambiental e ao compromisso com a proteção dos recursos naturais

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 A justificativa para a aquisição de filtros de barro e seus componentes para tratamento de água em comunidades indígenas pode ser elaborada com base em um Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme delineado pela Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21). Aqui estão os pontos principais que podem ser incluídos:

### 15.2 Necessidade da Aquisição:

- **Demanda Identificada:** As comunidades indígenas frequentemente enfrentam desafios significativos no acesso a água potável, impactando diretamente na saúde e qualidade de vida. A aquisição de filtros de barro visa proporcionar um meio eficiente e economicamente viável de acesso à água tratada.
- **Conformidade com Diretrizes de Saúde e Ambientais:** A escolha por filtros de barro está alinhada com práticas sustentáveis e ecologicamente corretas, sendo os filtros altamente eficazes na redução de contaminantes e patógenos sem o uso de energia elétrica.

### 15.3 Objetivos da Contratação:

- **Melhoria da Qualidade de Vida:** Assegurar que as comunidades indígenas tenham acesso contínuo a água de qualidade, reduzindo incidências de doenças relacionadas à água contaminada.
- **Sustentabilidade:** Promover o uso de tecnologias que respeitem as particularidades culturais e ambientais das comunidades.

#### 15.4 Justificativa Técnica:

- **Especificação do Produto:** Os filtros de barro são reconhecidos por sua capacidade de filtragem, simplicidade de uso e manutenção, adequando-se bem às condições locais das comunidades indígenas.
- **Viabilidade Técnica:** Estudos indicam que o uso de filtros de barro pode significativamente melhorar a qualidade da água, sendo uma solução prática e eficiente.

#### 15.5 Estimativa de Custos e Análise de Mercado:

- **Custo-Benefício:** Comparação de diferentes fornecedores e tecnologias disponíveis, considerando custo, eficiência, durabilidade e facilidade de implementação.
- **Orçamento Detalhado:** Preparar uma estimativa de custos baseada em preços de mercado e quantidades necessárias, incluindo potenciais custos de manutenção.

#### 15.6 Riscos e Mitigações:

- **Identificação de Riscos:** Avaliar riscos como a inadequação dos filtros às condições locais, rejeição cultural, dificuldades de logística e manutenção.
- **Estratégias de Mitigação:** Desenvolver planos para treinamentos de uso e manutenção, garantir o envolvimento da comunidade na escolha e implementação da solução, e estabelecer parcerias para suporte técnico contínuo.

#### 15.7 Conformidade Legal e Institucional:

- **Legislação Aplicável:** A contratação deve seguir os preceitos da Lei nº 14.133/21, garantindo transparência, eficiência e o cumprimento de normas ambientais e sociais.
- **Aprovação pelos Órgãos Competentes:** Assegurar todas as aprovações necessárias, incluindo órgãos de saúde, ambientais e representantes das comunidades indígenas.

15.8 A contratação para a aquisição de filtros de barro é considerada viável e razoável com base nos elementos analisados durante os Estudos Preliminares. Essa medida atende à necessidade urgente de fornecimento de água

potável às comunidades indígenas atendidas pelo DSEI ARN, que enfrentam sérios riscos de saúde devido à escassez de fontes de água limpa, agravada pela seca atual.

15.9. O filtro de barro é uma alternativa eficaz e de baixo custo para purificação de água, sendo sustentável em termos ambientais e financeiramente vantajosa, dada sua durabilidade e facilidade de uso, que não exigem fontes de energia elétrica.

15.10. Assim, a contratação se justifica por proporcionar um impacto direto na promoção da saúde pública, ao mesmo tempo em que respeita os princípios de economicidade e eficiência.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IVANILSON OTERO DE MACEDO**

Membro da Equipe de Panejamento | Chefe do SESANI/ARN



Assinou eletronicamente em 12/11/2024 às 14:33:54.

**JANCENEIDE LEMOS DA SILVA**

Membro da Equipe de Planejamento

**JOHNATAN ALMEIDA DE SOUSA**

Membro da Equipe de Planejamento

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI\_0040766198\_Analise\_15.pdf (94.83 KB)

## **Anexo I - SEI\_0040766198\_Analise\_15.pdf**



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANÁLISE Nº 15/2024-ARN/SELOG/ARN/DSEI/SESAI/MS

São Gabriel da Cachoeira, 16 de maio de 2024.

Assunto: Análise do Relatório de Pesquisa de Preços 48/2024, id. 0040430293.

1. ASSUNTO

1.1. Análise crítica de preços referente a aquisição de Filtros de Barros e seus componentes, e ainda acessórios para reposição como velas (refil) e torneiras adequadas para este filtro.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de Filtros de Barros e seus componentes, e ainda acessórios para reposição como velas (refil) e torneiras adequadas para este filtro, conforme abaixo:

INSUMOS - NATUREZA DE DESPESA Nº 339030				
ITEM	INSUMOS	CATMAT	UND	QTD
01	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	2474
02	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	295441	UND	4948
03	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	2474
04	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	2474

3. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

3.1. No desempenho da pesquisa de preços, a equipe responsável pela coleta é composta pelos seguintes colaboradores:

3.1.1. Servidores (Equipe de Planejamento):

3.1.1.1. IVANILSON OTERO DE MACEDO - SIAPE: 1225238;

e

3.1.2. Colaboradores (Apoio):

3.1.2.1. JOHNATAN ALMEIDA DE SOUSA - CPF 016.102.512-96;

3.1.2.2. JANCENEIDE LEMOS DA SILVA - MATRÍCULA 012.406.602-00;

3.2. A equipe de apoio desempenhou um papel no processo, concentrando-se no auxílio ao contato com os fornecedores, bem como na coleta e registros da série de preços.

4. FONTES CONSULTADAS

4.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I, III e IV, do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Detalhamento da Metodologia de Busca de preços

4.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, pesquisa em mídia especializada e fornecedores, consoante o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, constatando êxito na obtenção da cesta de preços conforme DOC SEI (0040430293).

4.3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

4.3.1. A série de preços coletados, conforme IN nº 65/2021 , art. 5º, IV são:

4.3.2. Relação de Preços obtidos em sistemas oficiais de governo, id. 0040430293:

Item	Nº da Contratação e Fonte de Consulta	Data da Contratação	Quantidade Contratada	Valor Unitário	Valor Total
1	75121306000342000	14/09/2023	1	R\$ 265,77	R\$ 265,77
2	16033406000762023	05/10/2023	7	R\$ 175,00	R\$ 1.225,00
3	94300105005732023	07/11/2023	400	R\$ 39,46	R\$ 15.784,00
4	98343105900022024	09/04/2024	46	R\$ 6,72	R\$ 309,12

e

4.3.3. Relação de Preços obtidos por Cotações Diretas com Fornecedores, id. 0040154063:

Item	Empresa e CNPJ	Data da pesquisa	Quantidade Contratada	Valor Unitário	Valor Total
	J J ESTEVAO JUNIOR - EPP, CNPJ - 10.472.412/0001 - 88	21/03/2024		R\$ 398,00	R\$ 984.652,00

1	E. DE ABREU COELHO, CNPJ - 15.145.510/0001 - 24	22/03/2024	2474	R\$ 418,00	R\$ 1.034.132,00
2	J J ESTEVAO JUNIOR - EPP, CNPJ - 10.472.412/0001 - 88	21/03/2024	5584	R\$ 58,00	R\$ 323.872,00
	E. DE ABREU COELHO, CNPJ - 15.145.510/0001 - 24	22/03/2024		R\$ 61,00	R\$ 340.624,00
3	J J ESTEVAO JUNIOR - EPP, CNPJ - 10.472.412/0001 - 88	21/03/2024	2792	R\$ 33,00	R\$ 92.136,00
	E. DE ABREU COELHO, CNPJ - 15.145.510/0001 - 24	22/03/2024		R\$ 35,00	R\$ 97.720,00
4	J J ESTEVAO JUNIOR - EPP, CNPJ - 10.472.412/0001 - 88	21/03/2024	3071	R\$ 19,99	R\$ 61.389,29
	E. DE ABREU COELHO, CNPJ - 15.145.510/0001 - 24	22/03/2024		R\$ 22,00	R\$ 67.562,00

4.3.4. Relação de Preços obtidos em **outras fontes**:

Item	Fonte de Consulta	Data da Consulta	Valor Unitário	Valor Total
2	Mídia especializada (CASAS BAHIA)	19/06/2024	13,55	71,46

**5. JUSTIFICATIVAS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INCONSISTENTES, INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS**

5.1. A definição do método para estabelecer o preço de referência para a aquisição/contratação é tarefa discricionária do gestor público, conforme o entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no Acórdão nº 4952/2012 - Plenário, que diz:

**5.2. Desconsideração com Base na Dispersão dos Preços Obtidos**

5.3. Conforme as informações trazidas pelo livro "Preço de Referência em Compras Públicas", para o próprio Tribunal de Contas (TCU) as diferenças de preços em patamares de até 10% refletem variações normais de mercado (Acórdãos nºs 136/1995-P e 1.544/2004-P).

5.4. Ainda para o TCU, o conceito de "preço aceitável" é mais bem representado por uma faixa:

[...] preço aceitável é aquele que não representa claro viés em relação ao contexto do mercado, ou seja, abaixo do limite inferior ou acima do maior valor constante da faixa identificada para o produto [...] não somente os "preços praticados no âmbito da Administração Pública" [...] devem ser tomados como referência [...] mas sim todos aqueles considerados válidos - que não representem viés - para a faixa de preços aceitável. (Acórdão TCU 2.170/2007-Plenário)

5.5. O Tribunal de Contas da União nos Acórdãos nº. 2.943/2013-P e 2.637/2015-P recomenda que a pesquisa de preços deve desconsiderar as informações cujos preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, conseqüentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado.

5.6. Portanto, entende-se que a utilização da **média saneada** para retirar da série de preços coletados os valores que destoaram se mostra, no caso concreto, a melhor opção para a mensuração do preço aceitável.

5.7. Assim, quanto mais próximo de "0" for o desvio padrão ou a variância, mais homogêneo são os dados. Preço maior que o resultado da média das propostas somado ao desvio padrão serão considerados excessivamente elevados e serão excluídos das amostras; preço menor que o resultado da média das propostas subtraído do desvio padrão será caracterizado como inexecuível, também será excluído da amostra. A memória de cálculo encontra-se no Relatório de pesquisa de preços, id. 0040430293, abaixo será demonstrado o valor médio utilizado:

Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Nº da Contratação e fonte Consultada	Quant.	Valor unitário	valor total	Valor unitário (média)	valor t (méd)
1	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	75121306000342000 (Relatório de Pesquisa 48/2024, id. 0040430293)	2474	R\$ 265,77	R\$ 657.514,98	R\$ 360,59	R\$ 892.095
				J J ESTEVAO JUNIOR - EPP, CNPJ - 10.472.412/0001 - 88 (id. 0040154063)		R\$ 398,00	R\$ 984.652,00		
				E. DE ABREU COELHO, CNPJ - 15.145.510/0001 - 24 (id. 0040154063)		R\$ 418,00	R\$ 1.034.132,00		
				16033406000762000 (Relatório de Pesquisa 48/2024, id. 0040430293)		R\$ 175,00	R\$ 857.150,00		



2	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	295441	UND	J J ESTEVAO JUNIOR – EPP, CNPJ – 10.472.412/0001 – 88 (id. 0040154063)	4898	R\$ 58,00	R\$ 284.084,00	R\$ 59,50	R\$ 291.43
				E. DE ABREU COELHO, CNPJ – 15.145.510/0001 – 24 (id. 0040154063)		R\$ 61,00	R\$ 298.778,00		
				CASAS BAHIA (Mídia especializada, id. 0040154348)		R\$ 13,55	R\$ 66.367,90		
3	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	94300105005732000 (Relatório de Pesquisa 48/2024, id. 0040430293)	2474	R\$ 39,46	R\$ 97.624,04	R\$ 35,82	R\$ 88.618
				J J ESTEVAO JUNIOR – EPP, CNPJ – 10.472.412/0001 – 88 (id. 0040154063)		R\$ 33,00	R\$ 81.642,00		
				E. DE ABREU COELHO, CNPJ – 15.145.510/0001 – 24 (id. 0040154063)		R\$ 35,00	R\$ 86.590,00		
4	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	98343105900022024 (Relatório de Pesquisa 48/2024, id. 0040430293)	2474	R\$ 6,72	R\$ 16.625,28	R\$ 21,00	R\$ 51.941
				J J ESTEVAO JUNIOR – EPP, CNPJ – 10.472.412/0001 – 88 (id. 0040154063)		R\$ 19,99	R\$ 49.455,26		
				E. DE ABREU COELHO, CNPJ – 15.145.510/0001 – 24 (id. 0040154063)		R\$ 22,00	R\$ 54.428,00		
VALOR MÉDIO GLOBAL									R\$ 1.324.09

Os preços em vermelho foram retirados, considerando sua inexigibilidade e/ou preço excessivo, consoante as outras pesquisas.

6. DESCONSIDERAÇÃO COM BASE NA QUANTIDADE CONTRATADA
- 6.1. A decisão de descartar determinados valores das cotações destacadas em vermelho, com base na quantidade contratada, tem como justificativa a busca por ganhos de escala e a aproximação das práticas de mercado. Ao considerar o volume a ser adquirido, pretende-se refletir com maior fidelidade as condições comerciais que são comuns em transações de maior porte.
- 6.2. Essa abordagem visa capturar os efeitos econômicos e de negociação associados à quantidade, alinhando os resultados da pesquisa com as dinâmicas de mercado. A justificativa para o descarte se fundamenta na premissa de que, em transações de maior escala, é possível obter condições mais vantajosas, como descontos por volume, práticas comerciais diferenciadas e otimização logística.
- 6.3. Dessa forma, ao expurgar valores que podem não representar adequadamente as condições em larga escala, busca-se aprimorar a acurácia da pesquisa, proporcionando uma estimativa mais precisa e alinhada com as práticas comerciais reais que podem ser alcançadas ao se considerar a quantidade contratada. Essa prática visa a garantir uma base sólida para a tomada de decisões em processos de contratação, promovendo eficiência e economia nos procedimentos de compras públicas.
7. JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA DE CALCULO DO VALOR ESTIMADO
- 7.1. A metodologia descrita para determinar o valor estimado da uma contratação envolve os seguintes passos:
- 7.1.1. Cálculo do Valor Unitário (VU):
- 7.1.1.1. O valor unitário é determinado a partir do menor valor obtido entre a média, mediana e média saneada. Essa abordagem visa garantir que o valor unitário utilizado seja robusto e não seja influenciado por valores extremos ou não representativos.:
- 7.1.1.2. VALOR UNITÁRIO (VU) = menor entre (Média, Mediana e Média Saneada)
- 7.1.2. Cálculo do Valor Estimado da Contratação para Cada Item (VT):
- 7.1.3. Após determinar o valor unitário, o valor estimado da contratação para cada item é obtido multiplicando o valor unitário pelo número de unidades pretendidas.
- 7.1.3.1. VALOR ESTIMADO DO ITEM (VT) = Valor Unitário x Quantidade Desejada
- 7.1.4. Cálculo do Valor Total Estimado da Contratação (VTE):
- 7.1.5. O valor total estimado da contratação é a soma dos valores estimados para todos os itens. A fórmula é:
- 7.1.5.1. VALOR TOTAL ESTIMADO (VTE)= Σ (Valor Estimado do Item)
- 7.1.6. Essa metodologia justifica-se por garantir uma estimativa de valor fundamentada em medidas estatísticas robustas, como a média, mediana e média saneada, e permite a flexibilidade necessária para lidar com possíveis distorções nos dados. O uso do menor valor entre essas estatísticas contribui para uma estimativa mais equilibrada, evitando que valores atípicos tenham um impacto desproporcional na determinação do valor unitário.
8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Com base na metodologia descrita acima, o **Valor Total Estimado (VTE)** é **R\$ 1.324.090,97 (um milhão de trezentos e vinte e quatro mil, noventa reais e noventa e sete centavos)**; conforme valores unitários e memória de cálculo descritos abaixo:

Item	Descrição/especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quant.	Valor unitário (média)	valor total (média)
1	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes	345169	UND	1979	R\$ 360,59	R\$ 713.607,61
2	Filtro de água, material: barro cozido, características adicionais: capacidade 10 litros e 2 elementos filtrantes (COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)	345169	UND	495	R\$ 360,60	R\$ 178.497,00
3	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal)	295441	UND	3918	R\$ 59,50	R\$ 233.121,00
4	Vela de filtro de barro: Tripla ação (física, química e bacteriológica). (Cota Principal) (COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)	295441	UND	980	R\$ 59,50	R\$ 58.310,00
5	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico.	253711	UND	1979	R\$ 35,82	R\$ 70.887,78
6	Balde, Material: Plástico, Tamanho: Pequeno, Material alça: Arame Galvanizado, Capacidade: 12L, Características adicionais: graduado, com alça, Formato: Cilíndrico. (COTA 20% EXCLUSIVA PARA ME e EPP)	253711	UND	495	R\$ 35,82	R\$ 17.730,90
7	Torneira, material corpo: pvc, diâmetro: 1,2 pol, aplicação: filtro d'água de barro, cor: bege.	262535	UND	2474	R\$ 21,00	R\$ 51.954,00
VALOR MÉDIO GLOBAL						R\$ 1.324.108,29

## 9. AVALIAÇÃO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE PARA DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

9.1. A divulgação do valor estimado, nesse contexto, conferiria aos concorrentes dados valiosos para a análise de risco e para embasar suas decisões estratégicas. **A baixa dispersão indica uma maior previsibilidade nos valores cotados, o que, ao ser compartilhado, contribuirá para um ambiente competitivo mais equitativo e eficiente durante o certame.** Essa transparência é essencial para promover uma concorrência justa e informada, beneficiando tanto os licitantes quanto a Administração Pública na busca pela proposta mais vantajosa.

## 10. CONCLUSÃO

10.1. Tendo em vista todo o exposto nesta análise, conclui-se pela viabilidade dos preços obtidos.

**Ivanilson Otero de Macedo**  
Membro da equipe de planejamento  
Chefe Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena

**Janceneide Lemos da Silva**  
Colaboradora - Analista Superior  
Membro da equipe de planejamento

**Johnatan Almeida de Sousa**  
Colaborador - Engenheiro Sanitarista  
Membro da equipe de planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Johnatan Almeida de Sousa, Conveniado(a)**, em 16/05/2024, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivanilson Otero de Macedo, Chefe do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena**, em 16/05/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janceneide Lemos da Silva, Conveniado(a)**, em 17/05/2024, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0040766198** e o código CRC **9A9F4B65**.



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

**ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

***DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - ALTO RIO NEGRO***

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º .....

O(A) Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro com sede no(a) Avenida Sete de Setembro, nº 500 - Bairro Praia, na cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP 69750-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0104-90, neste ato representado(a) pelo(a) **VALMIR DE SOUZA DELGADO**, nomeado(a) pela XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX ação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 25035.002213/2023-02, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no ~~Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta~~, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **Aquisição de Filtros de Barros e seus componentes, e ainda acessórios para reposição como velas (refil) e torneiras adequadas para este filtro para atender as necessidades deste DSEI ARN e órgãos participantes**, especificado(s) no(s) item 1 do Termo de Referência, anexo *I do edital de Licitação nº ...../2024*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	
do	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )
TR	

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro.

3.2. Além do gerenciador, São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, conforme item 1.1 do Termo de Referência, os seguintes Distritos:

- 3.2.1. Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus;
- 3.2.2. Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá;
- 3.2.3. Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes;
- 3.2.4. Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena;
- 3.2.5. Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus;
- 3.2.6. Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará;
- 3.2.7. Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins;
- 3.2.8. Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho;
- 3.2.9. Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões;
- 3.2.10. Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará.

### 4. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ITEM OBRIGATÓRIO)**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua

capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição, ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada

pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os

fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.



- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 .
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
  - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada de forma digital, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)  
fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

tem do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



Documento assinado eletronicamente por **Valmir de Souza Delgado, Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 18/11/2024, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0044444761** e o código CRC **B3937C42**.

**Referência:** Processo nº 25035.002213/2023-02

SEI nº 0044444761

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: maio/2023

Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/ARN  
Avenida Sete de Setembro, nº 500 - Bairro Praia, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP 69750-000  
E-mail: selogarn.sesai@saude.gov.br | Telefone: 92 3199-6402



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

### ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - ALTO RIO NEGRO  
Processo 25035.002213/2023-02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO  
(A) ..... E  
.....

A União por intermédio do(a) DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA – ALTO RIO NEGRO, com sede no(a) Av. Sete de Setembro, nº 500, Bairro Praia, CEP 69750-000, na cidade de São Gabriel da Cachoeira /Estado AM, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0104-90, neste ato representado(a) pelo(a) ....., nomeado(a) pela Portaria nº ..., de ... de Março de 2024, publicada no DOU de .... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Aquisição de Filtros de Barros e seus componentes, e ainda acessórios para reposição como velas (refil) e torneiras adequadas para este filtro para atender as necessidades deste DSEI ARN e órgãos participantes**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) data de assinatura, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 3. **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([ART. 92, IV, VII E XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO ([ART. 92, V](#))**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([ART. 92, V E VI](#))**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([ART. 92, V](#))**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do

contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ( [ART. 92, X, XI E XIV](#) )**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de **30 (trinta)**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual

período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **20 (vinte) dias**.

8.12. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.**

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ( [ART. 92, XIV, XVI E XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não



poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

~~9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;~~

~~9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

~~9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~

~~9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;~~



10. **CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)**

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. Moratória de 0,05% (cinco centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

11.2.4.2. *Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

11.2.4.3. *O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

11.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato

11.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

11.2.4.6. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 3% a 5% do valor do Contrato.

11.2.4.7. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 3% a 5% do valor do Contrato.

11.2.4.8. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 3% a 5% do valor do Contrato, ~~ressalvadas as seguintes infrações:~~

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão

patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ( [ART. 92, XIX](#) )**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

*a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

*b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada,

deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ( [ART. 92, VIII](#))**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: 00001/257024

13.1.2. Fonte de Recursos: 1001000000

13.1.3. Programa de Trabalho: 149652

13.1.4. Elemento de Despesa: 339030

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS ( [ART. 92, III](#))**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos [\[A1\]](#)

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## 17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO ([ART. 92, §1º](#))**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Valmir de Souza Delgado**, **Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 18/11/2024, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0044444835** e o código CRC **E7561229**.

**Referência:** Processo nº 25035.002213/2023-02

SEI nº 0044444835

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/ARN  
Avenida Sete de Setembro, nº 500 - Bairro Praia, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP 69750-000  
Site - [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)